

## **ABC registra 138 denúncias de exploração sexual infantil; Dia Nacional reforça a luta**

---

Amanda Lemos

O Dia Nacional de Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, celebrado neste domingo (18/05), chama atenção para as denúncias de exploração sexual infantil, que chegaram a 138 no ABC entre janeiro e maio deste ano. Dados do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania apontam 280 violações na região, com média mensal de 27,6% e projeção anual de 331 denúncias, o que mantém a exploração sexual infantil como um dos problemas mais alarmantes a se combater.

De acordo com as estatísticas, São Bernardo lidera o número de denúncias em 2025, com 57 casos e 102 violações aos direitos humanos. Santo André aparece logo atrás, com 40 denúncias e 98 violações, enquanto Mauá e Diadema registraram 17 denúncias cada, contabilizando 37 e 34 violações, respectivamente. São Caetano teve quatro denúncias e seis violações, Ribeirão Pires, três denúncias e três violações, e Rio Grande da Serra ainda não registrou ocorrências neste ano.

Diante desses números, especialistas reforçam a urgência de intensificar as políticas públicas para o combate ao crime, especialmente no contexto do dia nacional. A data, instituída em 2000, remete ao caso emblemático de Araceli Crespo, assassinada aos oito anos em 1973, em Vitória (ES). Desde então, têm sido implementadas ações educativas e políticas públicas para proteger crianças e adolescentes.

### **Registros no ABC**

Para se ter uma dimensão do problema, em 2023 o ABC registrou 347 denúncias de exploração sexual infantil, com 766 violações. No ano seguinte, esses números subiram para 370 denúncias e 844 violações. Em 2025, entretanto, houve uma queda expressiva, com 138 denúncias e 280 violações até maio. Essa redução é significativa, mas ainda não garante um cenário seguro, tendo em vista que a

média mensal pode resultar em 331 denúncias ao longo do ano – um número próximo ao registrado em 2023.

Nos últimos três anos, Santo André e São Bernardo concentraram o maior número de denúncias, enquanto Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra apresentaram os índices mais baixos. A queda mais acentuada em 2025 ocorreu em Santo André, que reduziu as denúncias de 97 em 2024 para 40 até maio deste ano.

## **Políticas públicas**

As prefeituras da região mantêm políticas e serviços voltados ao enfrentamento e à prevenção da exploração sexual infantil. Diadema, por exemplo, oferece atendimento pelo CREAS em duas unidades, que registraram 88 casos entre maio de 2024 e abril de 2025. Além disso, o município realiza campanhas, seminários e debates, e mantém parcerias com organizações da sociedade civil para ampliar o alcance dos serviços. Entre os desafios apontados está a dificuldade de encaminhar as situações devido ao caráter velado da violência.

Já Rio Grande da Serra conta com uma rede integrada formada por secretarias e profissionais técnicos para garantir a proteção integral das vítimas, com atendimento pelo Conselho Tutelar e CREAS. A cidade registrou 11 atendimentos em 2024 e oito em 2025 até o momento. São realizadas palestras, rodas de conversa e ações educativas, com o apoio de ONGs que fortalecem a prevenção e o acolhimento.

As demais prefeituras não responderam até o fechamento da reportagem.

## **Atenção aos sinais**

Identificar casos de exploração sexual infantil exige atenção a uma série de sinais que vão além das evidências físicas. A advogada Priscila Frade, presidente da Comissão da Infância, Juventude e Adoção da OAB de Santo André, explica que a violência sexual pode ocorrer sem contato físico, por meio de assédios, palavras, exposição a conteúdos pornográficos ou até mesmo captura de imagens digitais.

Entre os sinais de alerta estão mudanças bruscas no comportamento, como choro excessivo, agressividade ou irritabilidade; proximidade excessiva com algum adulto; regressão, como voltar a urinar na cama; silêncio ou retraimento; distúrbios do sono; hiperssexualização; dificuldade de concentração; aparência descuidada;

traumas físicos; doenças psicossomáticas, como ansiedade e depressão; e faltas frequentes na escola. “Esses sinais não confirmam o abuso isoladamente, mas devem ser observados com atenção e avaliados dentro do contexto da criança ou adolescente”, ressalta Priscila.

A advogada reforça a importância da escuta qualificada ao destacar que familiares, educadores e profissionais de saúde devem estar atentos e preparados para acolher relatos, evitando revitimizações. “A rede de proteção precisa atuar com sensibilidade e rapidez para garantir o atendimento e encaminhamento adequados”, completa.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece que a responsabilidade pela proteção integral é da família, da comunidade e do Poder Público. A advogada destaca que qualquer pessoa pode e deve denunciar suspeitas, de forma segura e anônima, pelo Disque 100, Conselhos Tutelares e Polícia Militar (190). “Denunciar é essencial para interromper o ciclo de violência”, afirma.

### **Consequências do abuso**

As consequências do abuso são profundas e podem perdurar pela vida toda. Os impactos psicológicos mais comuns incluem transtornos de ansiedade e depressão, baixa autoestima, sentimento de culpa ou vergonha, distúrbios do sono, comportamentos autodestrutivos e dificuldades escolares. Socialmente, as vítimas podem apresentar isolamento, problemas nos relacionamentos e comportamentos de risco, como uso de substâncias e envolvimento em relações abusivas. Priscila ressalta que o preconceito e a estigmatização ainda agravam a situação de muitos jovens vítimas.

Para a recuperação, o apoio médico e psicológico especializado, oferecido gratuitamente por serviços públicos como os CREAS, é fundamental. Ela destaca a importância de políticas públicas integradas que contemplem assistência social, saúde, educação, delegacias especializadas e o Judiciário. Além disso, campanhas educativas devem informar crianças e adolescentes sobre seus direitos e formas de proteção, empoderando-os para buscar ajuda quando necessário.

Priscila também aponta que o abuso não está relacionado a características pessoais, mas sim a contextos de vulnerabilidade social, como negligência familiar, deficiência, evasão escolar e ambientes violentos. A advogada alerta para a subnotificação de casos envolvendo meninos, devido ao preconceito e à vergonha, e enfatiza a necessidade de um olhar atento para todas as vítimas.

## **Como denunciar?**

Denunciar casos de abuso e exploração sexual infantil é um passo fundamental para proteger a vítima e combater essa violência. As denúncias podem ser feitas de forma anônima e segura por meio do Disque 100 (Disque Direitos Humanos), do Conselho Tutelar da região ou da Polícia Militar, pelo número 190.

É importante que qualquer pessoa que suspeite ou presencie sinais de violência não se cale, pois a denúncia ajuda a interromper o ciclo de abusos e possibilita o encaminhamento imediato da criança ou adolescente para os serviços de proteção e atendimento adequados.

<https://www.reporterdiario.com.br/noticia/3635520/abc-registra-138-denuncias-de-exploracao-sexual-infantil-dia-nacional-reforca-a-luta/>

**Veículo:** Online -> Site -> Site Repórter Diário

**Seção:** São Caetano